



ISSN: 2230-9926

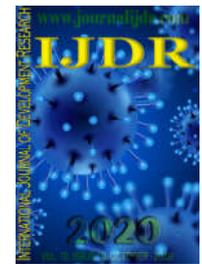
Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

*International Journal of Development Research*

Vol. 10, Issue, 10, pp. 41369-41374, October, 2020

<https://doi.org/10.37118/ijdr.20229.10.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## PSICOLOGIA E MOBILIDADE SOCIAL NO SUAS: O PSICÓLOGO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

**\*<sup>1</sup>Jade Pimentel Freitas, <sup>2</sup>Pedro Wilson Ramos da Conceição, <sup>1</sup>Allan Victor Leal Gomes, <sup>1</sup>Bruna de Sousa Carvalho, <sup>1</sup>Melissa Amália Ribeiro Moura, <sup>3</sup>Maria Madalena Da Costa Sousa, <sup>3</sup>Virna Viana Monteles, <sup>3</sup>Matheus Ferraz Guimarães de Araújo, <sup>3</sup>Gleniaria de Aguiar Absolon da Silva, <sup>3</sup>Ismael Oliveira Queiroz, <sup>3</sup>Antônia Maria dos Santos Mesquita, <sup>3</sup>Tyana da Silva Almeida And <sup>4</sup>Nailson Coelho Araujo**

<sup>1</sup>Bacharel em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI.Teresina, Piauí, Brasil

<sup>2</sup>Psicólogo e Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí. Docente do Centro universitário Uninassau/Redenção e do Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão-UniFacema. Teresina, Piauí, Brasil

<sup>3</sup>Graduando (a) em Psicologia pelo Centro Universitário Uninassau. Teresina, Piauí, Brasil

<sup>4</sup>Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Uninassau. Teresina, Piauí, Brasil

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 19<sup>th</sup> July, 2020

Received in revised form

24<sup>th</sup> August, 2020

Accepted 06<sup>th</sup> September, 2020

Published online 30<sup>th</sup> October, 2020

#### Key Words:

Mobilidade Social; psicologia comunitária; SUAS; Vulnerabilidade social; Desigualdade social;

\*Corresponding author:

Jade Pimentel Freitas,

### ABSTRACT

O presente trabalho objetivou analisar a atuação do Psicólogo no processo de Mobilidade Social (Transformação Social) dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para a obtenção de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas e questionários sociodemográficos, respondidos por 4 profissionais de Psicologia que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Os resultados mostraram dificuldade das entrevistadas em conceituar Mobilidade Social e ausência de menção às questões de gênero, etnicidade e sexualidade como fatores que influenciam a Vulnerabilidade Social. Foi apontado que os profissionais psicólogos podem contribuir na superação da pobreza desde que tal contribuição seja realizada juntamente com a comunidade, beneficiários e sociedade; ademais, foi apontado que as entrevistadas possuem conhecimento acerca das práticas no CRAS como prática da Psicologia Comunitária e no enfrentamento da desigualdade social.

Copyright © 2020, Jade Pimentel Freitas et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Jade Pimentel Freitas, Pedro Wilson Ramos da Conceição, Allan Victor Leal Gomes et al. 2020. "Psicologia e mobilidade social no suas: o psicólogo como agente de transformação social", *International Journal of Development Research*, 10, (10), 41369-41374.

### INTRODUCTION

É de conhecimento geral que no Brasil, parte da população passou por uma série de Transformações Sociais, principalmente advindas de políticas públicas de assistência social, que viabilizaram o acesso aos bens de consumo e serviços pela população pobre, permitindo que parte desta saísse da extrema pobreza, como também ascendesse para a chamada "nova classe média". Esse movimento (ascendente ou descendente) dentro as classes sociais é denominado Mobilidade Social (LEASTRO, 2015). A Mobilidade Social está diretamente relacionada com o desenvolvimento econômico, que garantiu a uma parcela da população a

possibilidade de emergir socialmente e ocupar padrões vistos como mais importantes dentro da sociedade. Contudo, é importante que se considere esse processo aliado à redução da desigualdade social, visto que a ausência da mesma significa o aumento dos problemas sociais, independentemente da ascensão econômica e social de uma parcela da população. (PEREIRA, 1973). A Assistência Social no Brasil está organizada dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem como objetivo a garantia de proteção social a todos os cidadãos, incluindo família e comunidade, que acontece através de serviços, benefícios, programas e projetos sociais. (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017). A unidade estatal local do SUAS, o Centro de

Referência da Assistência Social (CRAS) constitui frequentemente no primeiro acesso das famílias e indivíduos aos direitos socioassistenciais; o CRAS tem como objetivo a prevenção de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, através do desenvolvimento de potencialidades e atendimento das necessidades, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, da identificação de possíveis situações de risco de vulnerabilidade social, e acesso aos direitos de um cidadão. (MDS, 2009). Os serviços prestados pelos CRAS são realizados através do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), que incluem: acolhida (individual ou coletiva), ações particularizadas e encaminhamentos (individuais), oficinas com famílias e ações comunitárias (ações coletivas). O PAIF objetiva o fortalecimento da família e prevenção da ruptura dos vínculos (comunitários ou familiares), promoção de direitos, apoio às famílias que possuem entre seus membros indivíduos em situação de vulnerabilidade, dentre outros. (MDS, 2012). As políticas públicas de assistência social constituem o principal mecanismo de combate à pobreza e desigualdade social atualmente; dentro desses dispositivos, tem-se a contribuição de diversas áreas do conhecimento, dentre elas a Psicologia Social e Comunitária. Segundo Freitas (1996), citado por Góis (2005), esta área utiliza o arcabouço teórico da psicologia social, priorizando o trabalho em grupo, fomentando o pensamento crítico para que haja a construção de uma identidade social e individual. A Psicologia Comunitária originou-se dentro dos movimentos sociais comunitários, principalmente relacionados à saúde mental em todo o mundo, sendo estes desencadeadores de uma série de reflexões e críticas acerca das práticas e teorias da psicologia tradicional e o alcance da mesma dentro do viés social. Vasconcelos (1994) cita algumas características da Psicologia Comunitária, dentre elas: ênfase nos indivíduos como seres sociais; articulação de uma visão do social como um todo, e busca de compromisso político e social; prioridade pelas classes populares e em situação de vulnerabilidade; uso de práticas não apenas curativas mas preventivas, e que se adequem às situações que surgirem na sociedade; inclusão a saúde mental no cotidiano da população mais pobre, dentre outras características.

No que se diz respeito à atuação do psicólogo na Assistência Social, esta visa o fortalecimento dos usuários como cidadãos e o fortalecimento das políticas públicas implementadas pelo estado, expressas por meio de ações voltadas para a garantia de direitos sociais, norteados pelas noções de impessoalidade, universalidade, economia e racionalidade, mantendo diálogo estreito com o cidadão. (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP, 2008). A entrada do psicólogo no contexto da Assistência Social ocorreu principalmente devido a elaboração e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e das instituições de Proteção Social (Básica e Especial) que a ele pertencem. (OLIVEIRA & AMORIM, 2012). Dentre as atividades realizadas pelo psicólogo na sua atuação profissional dentro do SUAS, Ribeiro e Guzzo (2014), destacam sete: atendimentos individuais, intervenções grupais, ações psicossociais, trabalho interdisciplinar; articulações coletivas e participação política; Registro de informações; e por último, mas não menos importante, Inserção na comunidade. (OLIVEIRA & AMORIM, 2012). Dentre os vários compromissos que a Psicologia assume, tem-se o Compromisso Social, que visa promover uma reflexão crítica e ideológica acerca da psicologia como ciência, e da atuação profissional junto às políticas públicas; a questão que

deve surgir a partir dessa reflexão é: o trabalho da psicologia está contribuindo para a manutenção ou transformação da realidade social? (SANTOS, 2015). O psicólogo comprometido socialmente possui uma prática voltada para o bem-estar social, que seja transformadora e não simplesmente assistencialista, que se adequa à realidade da população brasileira, e que objetive mudanças significativas na vida das populações consideradas pobres. Esta prática seria possível por meio da inserção do psicólogo em espaços não tradicionais, que priorizem o atendimento a populações mais pobres (o setor público de saúde, por exemplo). (DANTAS; OLIVEIRA; YAKAMOTO, 2010).

Segundo Dantas, Oliveira e Yakamoto (2010), a discussão acerca da atuação e produção de conhecimento da psicologia em relação a população em situação de pobreza estão presentes principalmente no campo Psicologia Comunitária, que visa a tomada de consciência dos membros de uma comunidade acerca de sua realidade em busca da chamada transformação social; a atuação do psicólogo deve ser pautada no compromisso social assumido pela profissão, que almeja uma avaliação crítica tanto da produção de conhecimento, da formação, como da prática profissional. Por tratar-se de um fenômeno pouco explorado na área da Psicologia, faz-se necessária a produção de conhecimento e ampliação dos trabalhos científicos na área, principalmente no tocante à assistência social. É importante ressaltar a relevância Social do tema Mobilidade Social e Psicologia, visto que se trata de uma temática atual e recorrente na sociedade, e pela necessidade de pensar novas propostas para as práticas da Psicologia acerca do fenômeno, principalmente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Pode-se destacar também a relevância da presente pesquisa para os participantes do estudo, na qual os mesmos poderão contribuir com o arcabouço teórico-prático de outros profissionais, tanto da psicologia como de outras áreas relacionadas à área social/comunitária, assim como a relevância para as pessoas que se beneficiam do serviço prestado por esses profissionais, pois serão contempladas com o incremento teórico e prático. Assim, surgiu a questão-problema do trabalho: como o profissional de Psicologia contribui para o processo a mobilidade social de usuários do SUAS? Especificamente buscou-se descrever a atuação do Psicólogo no SUAS; apresentar a Mobilidade Social como objetivo da prática Psicológica, no SUAS, e discutir a atuação do psicólogo a partir da proposta de Mobilidade Social.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa realizada fora de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória do tipo de campo. Seria inicialmente desenvolvida nos 5 (cinco) Centros de Referência da Assistência Psicossocial, todavia, apenas 3 (três) CRAS dispõem de psicólogos, constituindo estes os cenários de pesquisa. A pesquisa possuía como amostra inicial 8 profissionais Psicólogos (com CRP ativo) que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), contudo, como não havia esta quantidade de Psicólogos atuando nos CRAS, a amostra foi reduzida para 4 profissionais Psicólogos. O critério de inclusão será definido por ser Psicólogos com CRP ativo e que atuem no CRAS por pelo menos um ano, sem restrição de faixa etária ou gênero. O critério de exclusão se constitui em estar atuando nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) por menos de 1 ano ou com CRP inativo.

Questionários sociodemográficos foram realizados inicialmente com os participantes para a coleta de informações acerca da recorrente situação social e profissional dos mesmos. Ao término da primeira etapa, entrevistas semiestruturadas compostas por 9 (nove) perguntas. Após a submissão da pesquisa à Plataforma Brasil e a aprovação da mesma pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) a coleta de dados em campo foi iniciada. Aos participantes leram e assinaram o Termo de Consentimento Esclarecido (TCLE). Uma via foi destinada aos participantes e outra ao pesquisador responsável. Em seguida, os questionários sociodemográficos e as entrevistas foram realizadas individualmente, em dias previamente combinados (no CRAS onde cada profissional atua) de acordo com a disponibilidade de cada profissional. A técnica escolhida para a análise dos dados coletados foi a Análise de Conteúdo de Bardin. Segundo Severino (2007), “a Análise de conteúdo descreve, analisa e interpreta as mensagens/enunciados de todas as formas de discurso, procurando ver o que está por detrás das palavras.” (SEVERINO, 2007, p. 121). Dentre os tipos de análise de conteúdo, tem-se a temática e a de enunciação. Segundo Bardin (2016), cada discurso emitido pelo locutor deve primeiramente ser transcrito exaustivamente e detalhadamente, incluindo o máximo de informação linguística (registro da totalidade dos significantes) e paralinguística (anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavras e de aspectos emocionais, etc.). É importante ressaltar, no que se refere às etapas, que a análise de enunciação é complemento de uma análise temática (aplica uma teoria através de um sistema de categorias) realizada anteriormente; a mesma acontece em diversos níveis (níveis sequenciais, das proposições, dos elementos atípicos) e a interpretação é resultante da confrontação dos indicadores. A pesquisa seguiu as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, contidas na resolução nº 466, de 12 de setembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde. A resolução aborda, entre outras determinações, o TCLE (documento que explicita o consentimento livre e esclarecido), a necessidade da relevância social na pesquisa, a busca pelo prevailecimento dos benefícios sobre os riscos. Este projeto de pesquisa será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Piauí, através da Plataforma Brasil.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

**Perfil dos participantes:** A pesquisa foi composta por quatro profissionais psicólogos que atuam em três dos cinco Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Timon-Maranhão, e foram identificados através do questionário sociodemográficos o sexo, idade, nacionalidade, Estado de formação acadêmica, anos de profissão, tempo de atuação no CRAS/SUAS e Área de especialização. Os participantes foram representados pelas iniciais “A”, “B”, “C” e “D”. A amostra é composta por quatro participantes do sexo feminino, que se enquadram na faixa etária de 36-51 anos, sendo três das quatro participantes tinham 36 anos e uma 51 anos; a nacionalidade das quatro participantes é Brasileira e o Estado de formação acadêmica no Piauí; observou-se uma variação entre 9 e 12 anos quanto aos anos de profissão; Com relação ao tempo de atuação profissional no CRAS/SUAS, a variação observada foi de 3 a 7 anos; e por último, as áreas de Especialização citadas foram: Saúde Mental, Psicologia Social, PSF e Psicologia do Trânsito (as duas últimas foram citadas por um participante), sendo Saúde Mental citada duas vezes. Os dados obtidos a partir das entrevistas (transcritas

anteriormente na íntegra) foram organizados e analisados a partir das seguintes categorias: Mobilidade Social (Transformação Social) e Vulnerabilidade Social, na qual os participantes abordaram os fatores que influenciam na situação de Vulnerabilidade Social e conceituaram o conceito de Mobilidade Social (Transformação Social). Na segunda categoria, os profissionais discorreram acerca de sua Atuação no SUAS/CRAS, o que inclui objetivos, atividades, demandas e dificuldades, a Contribuição do Psicólogo do CRAS no enfrentamento da Desigualdade Social, a prática no CRAS como prática da Psicologia Social Comunitária e o trabalho no CRAS na Superação da Pobreza.

**Fatores que Influenciam a Situação de Vulnerabilidade Social:** A partir dos dados obtidos nas entrevistas, observou-se como resultado a existência de diversos fatores que influenciam para que um sujeito esteja em situação de vulnerabilidade social, como o âmbito individual, familiar, comunitário e a questão das políticas públicas, mostrando conhecimento das profissionais acerca da temática. Todavia, nenhuma das entrevistadas mencionou aspectos como gênero, etnicidade e sexualidade como fatores influenciadores, o que pode significar, dentre as possibilidades levantadas, uma tendência por parte das entrevistadas em não considerar tais aspectos do indivíduo como relevantes ou o foco apenas nos aspectos relacionados à escassez de renda (constantes no cotidiano profissional). As falas citadas pelas psicólogas entrevistadas confirmam o que foi abordado anteriormente na literatura por Lima (2014), que afirma que a situação de Vulnerabilidade pode estar relacionada aos recursos e capacidades de uma família ou indivíduo, considerando os recursos e capacidades materiais, bem como os recursos e capacidades simbólicos e comportamentais; a situação de Vulnerabilidade Social pode ser determinada por uma gama de fatores, podendo eles serem de ordem física, opção pessoal, etnia, gênero. Ainda para Brasil (2012 apud Lima 2014), a vulnerabilidade social não é sinônimo de pobreza, mas uma das condições que podem agravar a situação de vulnerabilidade social vivenciada por um indivíduo ou família.

### Conceituando Mobilidade Social (Transformação Social)

No tocante ao conceito de Mobilidade Social, algumas das entrevistadas apresentaram dificuldades para responder, e todas só souberam conceituar quando a expressão “Transformação Social” fora citada como sinônimo de Mobilidade Social; esses obstáculos surgiram provavelmente devido à falta de literatura atualizada que conceitue Mobilidade Social socioeconômica, demonstrando assim a necessidade de uma maior produção científica acerca da temática; ademais, quanto ao conceito de Transformação Social, foram citadas a possibilidade de transformação da realidade de um indivíduo ou família, para que estes possam sair da realidade de vulnerabilidade social rumo a uma melhor qualidade de vida. Sobre outras dificuldades apresentadas pelas psicólogas durante as entrevistas, pode-se considerar esperado, pois estas tiveram suas práticas interpeladas, e de certa forma, avaliadas. De fato, os conceitos formulados pelos entrevistados corroboram com a literatura da temática Mobilidade Social, que consistem na mudança de classe social e da realidade do indivíduo, aliada à diminuição da desigualdade social; para Rennó e Turgeon (2016), a presença do fenômeno da mobilidade ascendente no Brasil deve-se principalmente às políticas de distribuição de renda e inclusão social, pois estas conferiram aumento na capacidade de consumo, aumento de renda e escolaridade.

## A Atuação do Psicólogo no SUAS/CRAS

**Objetivos e Atividades:** Para Brasil (2009), a rede de proteção social objetiva fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, assim como a recuperação da autonomia e autoestima, estabelecimento de identidades, garantia de direitos do cidadão, dentre outros. Ao analisar os dados obtidos nas entrevistas, observou-se que as participantes citaram como objetivos da prática profissional do Psicólogo no CRAS SUAS: o fortalecimento de pessoas, favorecimento da autonomia, desenvolvimento de capacidade e potencialidades em prol da transformação social (Mobilidade Social), considerando o núcleo comunitário e familiar, fazer as famílias “aprenderem a caminhar sozinhas”, serem “autores do próprio desenvolvimento”, almejando assim uma melhor qualidade de vida. O objetivo “autonomia” foi citado por duas entrevistadas (Psicóloga “A” e Psicóloga “C”). No que concerne às atividades realizadas pelos Psicólogos no CRAS, foram mencionadas pelas entrevistas: serviço de convivência, nos quais ocorrem os grupos de gestante, idosos, crianças portadores de deficiência, de fortalecimento de vínculos para crianças e adolescente; atendimento individual particularizado (atendimento socioassistencial), encaminhamentos (quando a demanda de atendimento clínico curso, visto que não é competência do Psicólogo do CRAS); acompanhando familiar (feito em domicílio ou nos grupos, visitas domiciliares; acompanhamento junto ao Assistente Social na acolhida (que objetiva divulgar o serviço do CRAS); aconselhamento; atendimento psicossocial com a família (questão do Bolsa Família, Enxoval, Cesta Básica); palestras (realizadas em parceria com outras redes, como postos de saúde e escolas); oficinas.

**Demandas e Dificuldades:** As demandas que chegam ao psicólogo do CRAS, conforme a análise das falas das entrevistadas, são trazidas majoritariamente pela população em situação de vulnerabilidade social, que possui baixa renda ou até a ausência da mesma (Bolsa Família como sustento), e por isso, comparecem ao CRAS para solicitar adesão aos benefícios disponibilizados pelo governo para a população em situação de pobreza, como o Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC); demandas relacionadas a esses benefícios, como atualização e problemas com bloqueio também foram citadas; solicitação de benefícios eventuais, como cesta básica, enxoval; demandas relacionadas ao Número de Identificação Social (cancelamento e atualização); ademais, busca por autonomia (através de cursos profissionalizantes e de qualificação profissional), busca por emprego, também foram citados. A pesquisa também foi de grande importância ao abordar as dificuldades da prática do Psicólogo no CRAS; o poder público, a falta de recursos, a desvalorização do profissional, a acomodação dos beneficiários, foram algumas das dificuldades citadas pelas profissionais psicólogas; quanto à questão da acomodação dos beneficiários, esta deve-se principalmente à noção de estigmatização da pobreza. A crença de que a pobreza é impossível de ser superada, que o sujeito pobre é inferior e que depende apenas de fatores externos para que essa situação possa ser superada. Para Moura Jr. et al (2014), que surgiu a partir de uma série de opressões advindas do sistema capitalista, e que causam no sujeito pobre sentimentos de incapacidade e inferioridade frente à sociedade, descredenciando assim na possibilidade de transformação da própria realidade.

**Contribuição do Psicólogo do CRAS no enfrentamento da Desigualdade Social:** O psicólogo, mais especificamente o psicólogo que atua no CRAS, possui um “leque de possibilidades” na contribuição na luta contra a desigualdade social, principalmente por terem à sua disposição intervenções que podem resultar na transformação da realidade do sujeito em situação de pobreza. De acordo com a análise dos dados obtidos nas entrevistas, foram citadas respostas como contribuições na luta contra a desigualdade social: acreditar no ser humano e fazer com que ele acredite em si; uma das entrevistadas mencionou que o psicólogo, não só no CRAS, mas independente do lugar de atuação, deve sempre buscar ser agente de transformação social:

“(…) eu acho que aonde o Psicólogo for atuar, eu acho que ele tem que atuar buscando ser agente de transformação, de auxiliar na saída de uma condição menor, digamos assim, ou de uma condição limitante, para uma situação melhor. (…)” (Psicóloga “A”).

Observando-se a fala da Psicóloga “A”, é percebido o conceito de Compromisso Social da Psicologia; segundo Dantas (2007), o compromisso social consiste em avaliar a inserção do psicólogo na sociedade (como ciência e profissão), e que esta deve ser construída almejando a transformação de realidades. A autora ainda argumenta que uma intervenção comprometida socialmente deve estar voltada para a mudança social e condições de vida do sujeito, procurando atuar dentro dos ideais de prevenção e promoção da saúde, além disso, o psicólogo deve sempre reavaliar suas práticas de forma crítica, sempre considerando o contexto social no qual encontra-se operando.

**Prática no CRAS como prática da Psicologia Social Comunitária:** No que tange à prática do psicólogo do CRAS como uma prática de Psicologia Social Comunitária, todas as profissionais entrevistadas concordaram que sim, que o arcabouço teórico-metodológico da Psicologia Comunitária corrobora com suas práticas no serviço de referência. Todas as psicólogas entrevistadas citaram que, “como diz a expressão Social Comunitária”, sua prática profissional será voltada para os contextos grupais, social e comunitário (observando a comunidade como um “todo”, como a mesma se relaciona), visando sempre o empoderamento das famílias e atuando na perspectiva de prevenção, para que o sujeito não tenha seus direitos violados; ainda foi citado que o CRAS está inserido dentro das comunidades, e que cada território possui demandas principais diferentes, visto que cada um possui sua individualidade; além disso, uma das entrevistadas mencionou que sente falta de um comprometimento dos beneficiários, e que estes só demonstram interesse nos benefícios, nas mudanças imediatas, continuou afirmando que os psicólogos tem que almejar o não reforçamento desse ciclo de assistencialismo, que o mesmo precisa ser combatido. Percebe-se então, que as práticas das psicólogas do CRAS estão de fato pautadas nas concepções da Psicologia Social Comunitária, visto que considera o indivíduo como parte de uma comunidade, e uma comunidade parte de uma sociedade, e que todas essas instâncias devem ter suas relações, particularidades socioeconômicas e culturais da população. Segundo Góis (1988 apud Silva e Corgozinho, 2011), a Psicologia Social Comunitária estuda as implicações da vida em comunidade, considerando os indivíduos como sujeitos construídos historicamente, e comprometida com a realidade estudada, principalmente com os sujeitos em situação de

vulnerabilidade social. Apreende-se aqui, que tais concepções estão estreitamente relacionadas com as práticas realizadas no CRAS, que possuem como público alvo, grupos, famílias e indivíduos dentro de seu contexto comunitário e em situação de vulnerabilidade, e visa a garantia de direitos e proteção social.

**Trabalho no CRAS na Superação da Pobreza:** Ao serem indagados se as atuais condições de trabalho no CRAS têm possibilitado contribuir de forma efetiva na superação da pobreza, todas as entrevistas responderam que não, visto que o trabalho do psicólogo consiste em uma das “peças” necessárias para que tal superação aconteça; também foi citado que o psicólogo faz almejando a superação da pobreza é um “trabalho de formiguinha”, que faz certa diferença, mas que seria muito mais efetivo se a sociedade, comunidade e poder público participassem de forma conjunta nessa mudança; também foi mencionado que os casos que obtiveram êxito (nos quais a transformação social ocorreu) são exceções, como por exemplo, um beneficiário do Bolsa Família que conseguiu emprego, ou alguém que conseguiu contratação por causa dos cursos profissionalizantes oferecidos pelo CRAS; É percebido que a superação da pobreza através de políticas de proteção social como o CRAS entraria em um panorama de possibilidades caso funcionassem juntamente com a cooperação da sociedade, do mercado, dos beneficiários e do poder público, como citaram as entrevistadas, mas não é bem assim que acontece. Segundo Silva (2010), apesar de todos os avanços alcançado, como o acesso à renda, bens de consumo e serviços), a lógica assistencialista continua presente na Assistência Social, dissociada das questões macroeconômicas, funcionando como um mecanismo de manutenção do sistema de produção capitalista. Foram descritas as atuações dos psicólogos no SUAS; apresentada a mobilidade social (transformação social) como objetivo da prática Psicológica, no SUAS, objetivo presente nas falas de todas as entrevistadas e na literatura da área. Além disso, foram discutidas a atuação do psicólogo a partir da proposta de mobilidade social, assim, pode-se afirmar que os objetivos mencionados foram atingidos. Concluiu-se que a presente pesquisa possui relevância em termos metodológicos, práticos e teóricos, tanto para os profissionais da assistência social, como para os beneficiários referenciados no CRAS (para que tomem conhecimento dos seus direitos como beneficiários e das dificuldades que o serviço). Uma sugestão importante é que se possa debater e produzir cientificamente acerca do fenômeno da Mobilidade Social junto à Psicologia, pois existe pouca literatura atualizada disponível.

### Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo a análise da atuação do Psicólogo no processo de mobilidade social (transformação social) dos usuários do SUAS. Foram descritas as atuações dos psicólogos no SUAS; apresentada a mobilidade social como objetivo da prática Psicológica, no SUAS (presente nas falas de todas as entrevistadas e na literatura da área). Além disso, foram discutidas a atuação do psicólogo a partir da proposta de mobilidade social, assim, pode-se afirmar que os objetivos mencionados foram atingidos. Ademais, é relevante ressaltar a necessidade do Psicólogo Social Comunitário em tomar conhecimento das consequências das ações dos governantes, principalmente pensando nos efeitos destas na população em situação de vulnerabilidade e excluída socialmente, considerando as particularidades de cada território, família e

indivíduo. Concluiu-se então, que o presente trabalho possui relevância em termos metodológicos, práticos e teóricos, tanto para os profissionais da assistência social, como para os beneficiários referenciados no CRAS (para que tomem conhecimento dos seus direitos como beneficiários e das dificuldades que o serviço). Uma sugestão importante é que se possa debater e produzir cientificamente acerca do fenômeno da Mobilidade Social junto à Psicologia, pois existe pouca literatura atualizada disponível.

### REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2011) *Análise de conteúdo*, São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 dez. 2012. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)>. Acesso em: 20 jun. 2018
- Crepop. Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS. 2008. 60p.
- Dantas, C. M. B.; Oliveira, I. F. & Yakamoto, O. H. (2010). Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. *Psicologia e Sociedade*, 22(1), 104-111.
- Dantas, C. M. B. *Psicologia e Pobreza no Brasil: limites e perspectivas da produção de conhecimento e atuação do psicólogo*. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17572/1/CandidaMBD.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- Góis, C. W. L. *Psicologia Comunitária: Atividade e Consciência*. Fortaleza: *Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais*, 2005
- Leastro, C.E.O. *Ingresso no ensino superior e acúmulo de capital cultural como vetores para a mobilidade social de estudantes negros cotistas da UnB e suas expectativas de inserção no mercado de trabalho*. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- Lima, V. C. *Psicologia da pobreza e pobreza da psicologia: um estudo sobre o trabalho de psicólogas (os) na política pública de assistência social*. 2014. Tese (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- Ministério do Desenvolvimento Social Agrário (2017). *Guia de Políticas e Programas*. Brasília: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009). *Sistema Único de Assistência Social*. Brasília: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009). *Orientações Técnicas – Centro de Referência de Assistência Social*. Brasília: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2012). *Orientações Técnicas sobre o PAIF*. Brasília: Autor.
- Moura JR, James Ferreira et al. Concepções de Pobreza: Um Convite à Discussão Psicossocial. *Temas em Psicologia*, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 341-352, dez. 2013.
- Oliveira, I.F; Amorim, K.M.O. Psicologia e política social: O trato da pobreza como “sujeito psicológico”. *Revista*

- Psicologia Argum*, Curitiba, ano 2012, v. 30, n. 70, p. 559-566, set. 2012.
- Pereira, L. C. B. Mobilidade social uma avaliação comparativa. *Rev. adm. empres.*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 19-35, Dec. 1973. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901973000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901973000400002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901973000400002>
- Rennó, L; Turgeon, M. A Psicologia Política das Classes Sociais no Brasil: Atributos das Atitudes Políticas por Estratificação Social e Mobilidade Social. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, ano 2016, v. 59, n. 1, p. 11-51, 2016.
- Ribeiro, M.E; Guzzo, R.S.L. Psicologia no Sistema único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, ano 2014, v. 9, n. 1, p. 83-96, jun. 2014.
- Santos, L.N. As psicólogas no SUAS. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, Salvador, ano 2015, v. 4, n. 1, p. 40-49, 2015.
- Severino, A.J. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed, São Paulo: Cortez, 2007.
- Silva, M.O. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. *Revista Katál*, Florianópolis, ano 2010, v.13, n.2, p. 155-163, dez. 2010.
- Silva, J.V; Corgozinho, J.P. Atuação do Psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: Possíveis Articulações. *Revista Psicologia e Sociedade*, Palmas, ano 2011, v. 23, p. 12-21, 2011.
- Vasconcelos, E.M. (1994). *O que é psicologia comunitária* (6ª ed.). São Paulo: Editora Brasiliense.

\*\*\*\*\*